

SECA

Instituído por decreto de 1996, plano para evitar ou reduzir os estragos provocados por queimadas não tem funcionado. De acordo com o Instituto Brasília Ambiental, houve omissão de órgãos envolvidos. Também faltam equipamentos essenciais para o combate ao fogo

# Prevenção mal executada

» ADRIANA BERNARDES

No Distrito Federal, existe um Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (IPPCIF) para evitar ou reduzir os danos provocados pelas queimadas. No papel (veja O que diz a lei), ele prevê a integração entre diferentes órgãos do governo e a avaliação constante das atividades. Mas, na prática, não é executado como deveria porque falta empenho de parte dos envolvidos. O relatório anual de atividades de 2010 revela que “algumas instituições não participaram das atividades, ou não foram assíduas, o que causou prejuízos à execução do Plano”.

O documento, elaborado pelo Instituto Brasília Ambiental (Ibram), traz outras revelações. Faltam pessoal; rádio-comunicadores; roupas especiais para enfrentar as chamas e o calor; facão; bomba costal; e capacitação dos brigadistas. Durante todo o dia de ontem, a reportagem procurou insistentemente o Ibram — por telefone e por e-mail — e a Secretaria de Meio Ambiente para saber quais instituições se ausentaram das atividades, as ações não executadas, e se as demandas apresentadas no ano passado foram atendidas. Mas, até o fechamento desta edição, não houve retorno.

Coordenadora do Fórum das ONGs Ambientalistas do DF, a geógrafa Mara Moscoso afirma que o plano não atua na prevenção. “Todos os anos, quando há incêndio, os órgãos se juntam e combatem. Mas essa atuação conjunta não ocorre na prevenção. Além disso, ele (IPPCIF) é bem distante da sociedade. Quase ninguém sabe que existe. Se estivesse funcionando, Brasília não teria ficado nesse estado crítico”, denunciou. A geógrafa chama a atenção para o fato de que, este ano, quatro unidades de preservação importantes no DF pegaram fogo. “Não lembro de isso ter ocorrido antes. Na Flona (Floresta Nacional) já há a suspeita de incêndio criminoso. E, ao redor dessas unidades, há uma pressão imobiliária muito forte. Gente interessada em ocupar e parcelar. O governo precisa estar atento a isso”, defendeu.

Estudo

As falhas apontadas no relatório do Ibram não são novidade para o engenheiro florestal e professor da Universidade de Brasília (UnB) Fernando Paiva. Ele coordenou a dissertação de mestrado

Breno Fortes/CB/D.A. Press



Bombeiros combateram incêndio na Floresta Nacional, ontem: chamas avançaram pela manhã e consumiram 3,2 hectares, mas foram extintas no fim da tarde

O que diz a lei

O Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais está previsto no Decreto nº 17.431/96. De acordo com ele, integram o plano a (antiga) Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal e seus órgãos vinculados; a Secretaria de Segurança Pública, por meio da Coordenadoria Executiva do Sistema de Defesa Civil, do Corpo de

sobre IPPCIF defendida por Robson de Oliveira Lagares em 2007. No estudo, Lagares alertava para a necessidade de aprimorar as ações, os dados estatísticos e a estrutura a fim de tornar o plano de prevenção e combate a incêndios eficaz. “Creio que as ações de melhoria não foram efetivadas. Se ele

Bombeiros e da Polícia Militar. A coordenação do plano é responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente. Ela deve fazer as articulações necessárias ao treinamento de pessoal envolvido com as ações do plano, além da elaboração e da implementação de programa de educação ambiental específico, com planejamento anual de atividades.

tivesse sido fortalecido, imagino que não passaríamos por essa situação crítica. Por enquanto, estamos correndo atrás do prejuízo”, diz. Na avaliação de Paiva, é possível evitar queimadas em unidades de conservação fazendo o controle de riscos, intensificando as campanhas de educação e a vigi-

lância no período crítico. “Se os bombeiros não fazem perícia de todas as áreas, não conhecem as reais causas do início dos incêndios. Isso é fundamental para a política de prevenção”, finalizou.

Para o superintendente da Fundação Pró-Natureza, o engenheiro florestal César Victor, não há dúvida de que houve falha na execução do plano. Mas ele ressalta que a ocupação desordenada permitida ao longo dos anos e as constantes tentativas de mudar a destinação de áreas nas discussões do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot) contribuem para a ocorrência de incêndios. “Venho falando disso há muito tempo. A ocupação desordenada só piora a cada ano. Por outro lado, a sociedade não pode achar que o poder público resolve tudo. Cada cidadão tem sua parcela de responsabilidade”, criticou.

Dona Dilma recebe alta

A presidente Dilma Rousseff afirmou ontem, durante visita à exposição Gestão de Compras Governamentais — a Experiência da Educação, em Brasília, que a mãe, Dilma Jane Rousseff, 88 anos, recebeu alta do Hospital da Forças Armadas. “Ela deixou o hospital hoje (ontem) de manhã”, disse. Dona Dilma, como é chamada a mãe da presidente, foi levada ao hospital no início da tarde de segunda-feira devido a uma “embolia pulmonar leve”, segundo o coronel Cleber Ferreira, médico da Presidência. A forte seca na capital federal seria a causa do problema de Dona Dilma, que sentiu mal-estar e falta de ar. Segundo o médico, ela tomou anticoagulantes para “evitar a formação de novos trombos e desfazer o pequeno que foi feito”.

PROJETO BRA/04/029  
CONVOCAÇÃO 001/2011

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã – firmado com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – SENASP e com o objetivo de fomentar pesquisas aplicadas no campo da segurança pública e da justiça criminal, fortalecer o diálogo entre a SENASP e atores acadêmicos como Universidades, Institutos e Centros de Pesquisa, bem como o de qualificar e subsidiar seu trabalho de elaboração de políticas públicas, torna público o presente Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública e convida os interessados a apresentarem propostas, nos termos abaixo estabelecidos.

1. Objeto

Estabelecer parcerias com instituições públicas ou privadas para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas no campo da segurança pública e da justiça criminal, segundo as orientações das seguintes diretrizes temáticas:

1.Diagnóstico dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública e de Direitos Humanos  
2.Indicadores de monitoramento e avaliação das políticas de segurança pública e justiça criminal, das instituições de segurança pública e dos seus profissionais  
3.Tráfico de Pessoas  
4.Normas disciplinares e diretrizes de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública  
5.Jornadas e Escalas de Trabalho dos Profissionais de Segurança Pública  
6.Implementação e acompanhamento dos programas de polícia comunitária  
7.Segurança Pública e Direitos Humanos  
8.Uso da Força  
9.Diagnóstico dos Homicídios  
10.Políticas de Prevenção e Redução dos Homicídios em Áreas de Vulnerabilidade  
11.Fluxo do trabalho de perícia nos processos de homicídio  
12.Fluxo do registro de mortes violentas  
13.Segurança Pública Municipal: impacto da implementação de políticas públicas de segurança no âmbito municipal

2. Elegibilidade

Serão consideradas elegíveis as faculdades e as universidades públicas e privadas, fundações mantenedoras, de apoio e amparo à pesquisa, centros de pesquisa e entidades não governamentais que comprovadamente atuem ou realizem pesquisas relativas às áreas temáticas propostas.

3. Recursos

O apoio financeiro destinado para cada proposta selecionada em cada um dos temas pesquisados será de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), repassados em conformidade com o cronograma de desembolso definido no Edital.

4. Prazo para a entrega das propostas

Os projetos deverão ser entregues ou postados por meio de SEDEX até o dia 14 de outubro de 2011. A íntegra do edital contendo as instruções para o encaminhamento das propostas está disponível na página da Secretaria Nacional de Segurança Pública [www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp) e no site [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br), link “Recrutamento e Seleção”. O resultado final da seleção será divulgado na página da SENASP até o dia 10 de novembro de 2011.

Quaisquer esclarecimentos ou informações adicionais deverão ser solicitadas por escrito pelo endereço eletrônico [pensandoaseguranca@mj.gov.br](mailto:pensandoaseguranca@mj.gov.br), colocando no assunto: “Pensando a Segurança Pública – 2011”.

ISABEL SEIXAS DE FIGUEIREDO  
Diretora